



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA	ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA (X) EXTRAORDINÁRIA ()
---	--

Data: 02.09.2010	Horário: 09h00	Local: Sala de Reuniões da Procuradoria Geral de Justiça	Presidência: Dr. Marcelo Ferra de Carvalho Secretário: Dr. Élio Américo
----------------------------	--------------------------	---	--

PROCURADORES DE JUSTIÇA PRESENTES: Drs. Marcelo Ferra de Carvalho; Waldemar Rodrigues dos Santos Junior; Leonir Colombo; Luiz Alberto Esteves Scaloppe; Mauro Delfino César; Wilson Vicente Leon; Luiz Eduardo Martins Jacob; Benedito Xavier de Souza Corbelino; Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres; Hélio Fredolino Faust; Mauro Viveiros; Dalva Maria de Jesus Almeida; Siger Tutiya; Paulo Ferreira Rocha; Mara Lúcia Pires de Almeida Barreto; Eunice Helena Rodrigues de Barros; Kátia Maria Aguilera Rispoli; José Zuqueti; Edmilson da Costa Pereira; Élio Américo; Silvana Correa Vianna; Maria Ângela Veras Gadelha Souza; Gill Rosa Fechtner; José de Medeiros e Valéria Perassoli Bertholdi.

PROCURADORES DE JUSTIÇA AUSENTES	JUSTIFICATIVA
José Basílio Gonçalves	
João Batista de Almeida	Férias
Paulo Roberto Jorge do Prado	Reunião GNCOC (Campo Grande-MS).
Naume Denise Nunes Rocha Müller	Férias
Vivaldino Ferreira de Oliveira	Férias
Astúrio Ferreira da Silva Filho	Tratamento de Saúde

Síntese das decisões da última reunião do CPJ

01 - Gedoc 003778-001/2010 (Apenso 003124-001/2010)

Assunto: Programa Permanente de Combate às Drogas.

Decisão: Por unanimidade, foi acolhida a sugestão.

02 – Gedoc 004448-001/2010 – Proposta Orçamentária Analítica da PGJ e do Fundo de Apoio ao Ministério Público - FUNAMP, para o exercício de 2011.

Proposta pelo Procurador-Geral de Justiça e FUNAMP

Decisão: Aprovada a proposta orçamentária

03 – Revisão do Plano Plurianual 2008/2011 – Área Criminal

Decisão: Aprovada a proposta.

04 – Gedoc 003806-001/2010 - Atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Sinop

Proposta pelo Corregedor-Geral do MP-MT

Minuta anexa

Decisão: Por unanimidade, aprovaram a minuta de resolução.

05 – GEDOC 001252-001/2010

Requerente: Presidente da AMMP

Decisão: Por maioria, aprovou-se que a partir de 01.01.2011, a diferença passará a ser de 9%, ficando consignado que a cada ano este colegiado decidirá sobre novo percentual.

PAUTA DO DIA

01 – Gedoc nº 008757-001/2009

Requerente: Dr. Marcos Henrique Machado

Assunto: Redefinição das atribuições da 14ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Cuiabá,



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

bem como instala e fixa as atribuições da 29ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Cuiabá. Proposta do Procurador-Geral de Justiça
Com vista - Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe

02 – Gedoc 004926-001/2010

Minuta de Resolução
Alteração do art. 2º da Resolução nº 32/2008-CPJ.
Proposta do Procurador de Justiça Dr. Mauro Viveiros.

03 – Apresentação do Plano de Trabalho Anual das Procuradorias Especializadas.

04 - Posse dos Promotores Substitutos

5 - Assuntos Gerais

PAUTA COMPLEMENTAR

01 – Minuta de Resolução e plano de ação programa anti-drogas.

Proposta do Procurador de Justiça Dr. José Medeiros

RELATO DAS DISCUSSÕES

Verificado o quórum suficiente, o Sr. Presidente declarou instalada e aberta a sessão. Antes de adentrar nos assuntos da pauta, a Dra. Eunice pediu a palavra para agradecer aos colegas que se encontram presentes e que compõem o Conselho Superior, a expressiva votação que lhe foi endereçada por ocasião da eleição da lista sêxtupla para preenchimento da vaga do quinto constitucional junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Dr. Scaloppe. A escolha do Conselho é bem representativa, saíram do quadro aqueles que tem interesse em disputar. Afirmou ainda: “acho importante essa participação e na minha visão o TJ não é final de carreira de Juiz, mas de todas as carreiras jurídicas”.

Item I da Pauta. Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe fez uma exposição dos pontos mais relevantes da proposta, sendo a reorganização das atribuições das 14ª, 15ª, 16ª e 17ª Promotorias de Justiça Cíveis da Capital, esclarecendo que a proposta se relaciona com todas as posições que se manifestaram oficialmente e não contraria resoluções que disciplinam funções de outras Promotorias direta ou indiretamente envolvidas, readequando as normas existentes e sugerindo a criação do Núcleo da Região Metropolitana do Vale Cuiabá e da 29ª Promotoria de Justiça Cível da Capital. Dr. Mauro Viveiros pediu vista do autos. Votaram acompanhando a proposta do Dr. Scaloppe, Dr. Marcelo Ferra de Carvalho, Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres e Mauro Delfino César, os demais aguardam o pedido de vista.

Item II da Pauta. Dr. Mauro Viveiros fez alguns esclarecimentos sobre a proposta de alteração constantes do art. 2º da Resolução 032/2008-CPJ, visando sanar impropriedades e/ou imperfeições semânticas que puderam ser percebidas na experiência desses quase dois anos. Por outro lado, procurou adaptar o texto à realidade, normatizando a prática que já vista



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

desenvolvendo, tais como a instauração de procedimento administrativo, como instrumentos de levantamento de informações para o planejamento estratégico e a composição do Sistema de Gestão por Indicadores. O prazo limite para o Colégio apreciar o PTA foi ampliado para a sessão ordinária de setembro (II), o que simplifica as coisas, possibilitando compatibilizar o interesse do MP com os da SEPLAN. Ao inciso XIII procurou conferir redação que melhor organizasse o texto, fiel à decisão adotada pelo Colégio de Procuradores na reunião de julho do corrente ano, quando se elaborou assento de interpretação acerca da atribuição da Procuradoria Criminal Especializada decidindo-se, à unanimidade, que a atribuição deste órgão para os recursos (alínea b) restringe-se aos processos que tramitam pela Vara Especializada do Crime Organizado e aos habeas corpus dela oriundos. Decisão: Por unanimidade, aprovaram a minuta proposta, conforme segue:

“MINUTA DE RESOLUÇÃO -----/CPJ

O artigo 2º da Resolução nº 032/2008-CPJ, que estabelece critérios para definir a titularidade das Procuradorias de Justiça do Estado de Mato Grosso, fixa suas atribuições e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º São atribuições da Procuradoria de Justiça Especializada em cada área de atuação:

I – Coordenar o planejamento estratégico, as ações para definição de indicadores de resultado, metas e diretrizes do Ministério Público;

II – Apresentar ao Colégio de Procuradores de Justiça, na primeira reunião ordinária do mês de setembro, Plano de Trabalho Anual acompanhado da estimativa de despesas com custeio e investimento correspondentes, e acompanhar os resultados obtidos, na respectiva área de atuação, por meio de análises dos relatórios gerenciais.

III - Elaborar e submeter à decisão do Colégio de Procuradores projetos especiais por demanda setorial específica, surgida após aprovação do plano de trabalho anual, acompanhado de justificativa fundamentada com demonstração dos custos totais e estudo do correspondente impacto orçamentário;

IV - Elaborar, com apoio do Centro de Aperfeiçoamento Funcional, e coordenar Programa de Capacitação e Treinamento para membros e servidores do Ministério Público;

V - Acompanhar Projetos de lei e participar de discussões junto ao Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em matérias que tenham relevância institucional;

VI - Estimular a atuação dos membros do Ministério Público em temas transversais ou na abordagem de questões regionalizadas, incentivando a adoção de audiências públicas, campanhas, promocionais, etc;

VII - Elaborar regulamento e estabelecer critérios de julgamento para o concurso de premiação de trabalhos jurídicos e de práticas consideradas inovadoras e ajustadas ao Planejamento Institucional;

VIII - Representar a Instituição, sem prejuízo da participação de outros membros, em eventos relacionados à sua específica área de atuação;

IX – Funcionar nos recursos judiciais das ações coletivas e nas demais relacionadas à correspondente área de atuação;

X - Fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Condutas, Notificações e Ações, após homologação e/ou decisão do Conselho Superior do Ministério Público;

XI – Instaurar inquérito civil e procedimento administrativo para levantamento de informações ou apuração de fatos que tenham repercussão regional ou estadual, para proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, à



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

segurança pública e outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

XII - Recomendar providências e baixar orientações, sem caráter normativo, aos órgãos de execução;

XIII – Ao titular da Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, além das atribuições supra elencadas, incumbe atuar:

a) em todos os processos que tramitam junto às Câmaras Criminais Reunidas e nas respectivas sessões daquele órgão do Tribunal de Justiça,

b) nos recursos das decisões da Vara Especializada Contra o crime Organizado da capital, e nos habeas corpus impetrados contra atos daquele juízo.

§ 1º Em seus afastamentos, inclusive em razão de férias e licenças, os feitos vinculados ao Procurador de Justiça titular da Procuradoria Criminal Especializada serão distribuídos equitativamente entre todos os integrantes das Procuradorias de Justiça Criminais.

§ 2º Os Procuradores de Justiça da Procuradoria Especializada reunir-se-ão trimestralmente a fim de estabelecer mecanismos de articulação entre as áreas, avaliar os resultados alcançados e a necessidade de revisão, ampliação ou modificação, pelo Colégio de Procuradores, de suas atribuições.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cuiabá, de setembro de 2010”.

Item III da Pauta. À exceção do Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, que encontra-se em viagem a serviço da Instituição, os demais Procuradores de Justiça Titulares das Procuradorias Especializadas apresentaram o Plano de Trabalho Anual ao Colegiado.

Item IV da Pauta. O Presidente propôs ao colegiado que a solenidade de posse dos novos Promotores de Justiça Substitutos fosse realizada no Auditório da Sede das Promotorias de Justiça. Decisão: À unanimidade, acolheram a proposta.

Pauta Complementar. O Dr. José de Medeiros fez uma exposição do plano de ação para o programa anti-drogas, e após rápida discussão foram feitas algumas alterações quanto aos prazos e ao final, por unanimidade, aprovaram a proposta, conforme segue:

“Minuta de Resolução ...CPJ

“O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão adotada na reunião ordinária do dia 05.08.2010 e o disposto no art. 10, I e II, da Lei Complementar nº 27, de 19 de novembro de 1994,

R E S O L V E:

Artigo 1º – Aprovar no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Programa Estadual de Ação Contra as Drogas, denominado “Todos contra as Drogas Ilícitas”;

Artigo 2º – As ações a serem desenvolvidas, os prazos e seus respectivos responsáveis, estão contemplados no “Plano de Ação” constante do anexo I, parte integrante do referido programa;

Artigo 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá, de setembro de 2010.

MARCELO FERRA DE CARVALHO

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do CPJ

ÉLIO AMÉRICO

Procurador de Justiça

Secretario do CPJ



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

PROGRAMA ESTADUAL DE AÇÃO CONTRA AS DROGAS
“TODOS CONTRA AS DROGAS ILÍCITAS”.

ANEXO I

Plano de Ação Programa de Ação Antidrogas							Unidade:
Metas							Participantes:
							Valor Orçado:
Nº	Medida (O que fazer)	Procedimento (Como fazer)	Responsável (Quem vai fazer)	Local (Onde)	Prazo (Quando:)		Custo (Quanto vai custar)
					Início	Fim	
01	Viabilizar o FUNERD	Articular a criação da FUNERD – Fundação Estadual de Resistência às Drogas	PGJ			Julho 2011	
02	Viabilizar o Fundo Estadual Antidrogas- FEA	Articular a criação do Fundo Estadual Antidrogas - FEA	PGJ			Julho 2011	
03	Viabilizar Conselho Municipal antidrogas	Articular a criação do Conselho Antidrogas em cada Município	CGMP / Promotores de Justiça			Julho 2011	
04	Viabilizar a implantação do Plano Municipal	Articular Projeto de criação de Pronto Atendimento interdisciplinar à criança e adolescente vítimas de drogas - detalhar	CGMP / Promotores da infância e adolescente			Dezembro 2011	
05	Viabilizar a ampliação dos serviços do CAP's – Capital e Comarcas Pólo	Articular Projeto de ampliação do CAP's na Capital e implantação e/ou ampliação de CAP's nos pólos de: Rondonópolis, SINOP, Cáceres, Tangará da Serra, Diamantino, Alta Floresta, Juína, Água Boa e Barra do Garças.	Procurador Geral de Justiça			Dezembro 2011	
06	Viabilizar a criação de unidades de saúde	Articular Projeto de criação de unidades de saúde estadual/municipal destinadas a usuários e dependentes de drogas.	Procurador Geral de Justiça			Dezembro 2011	



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

07	Adotar Sistemática de Indicadores nos processos relativos aos crimes de tráfico e posse de drogas para uso próprio	Criar um painel com indicadores de tempo de duração do processo, de resultado das ações penais e de recursos, da quantidade e natureza das drogas, de bens e valores apreendidos e da condição sócio-econômica dos acusados.	Procuradoria Criminal Especializada			Dezembro de 2010	
08	Exigir padrão de despacho fundamentado de classificação do crime no flagrante	Criar despacho modelo e enviá-lo à Diretoria Geral de Polícia com recomendação	Procuradoria Criminal Especializada			Dezembro de 2010	
09	Exigir a apreensão imediata de bens e valores, instrumentos, veículos e produtos relacionados ao tráfico e a sistemática identificação de outros no prazo legal	Redigir recomendação à Diretoria Geral de Polícia para que proceda a diligências complementares para localização de bens, direitos e valores do acusado enviando-a ao juízo no prazo legal.	Procuradoria Criminal Especializada			Setembro 2010	
10	Requerer o “sequestro” de bens e fiscalizar a decisão do perdimento de bens	Mediante exame caso a caso, inclusive requisitando informações a cartórios de registro de imóveis, à Junta Comercial do Estado, ao Banco Central e à Secretaria da Receita Federal.	Promotor de Justiça			Ação permanente	
11	Fiscalizar o uso correto da faculdade de utilização de bens	Mediante exame caso a caso, inclusive com a conferência dos bens apreendidos e sua localização a fim de assegurar eventual responsabilização do detentor. Exigir justificativas fundadas para o pedido de acautelamento do bem por parte da autoridade policial, especialmente de veículos, dada a necessidade de atender-se o objetivo de conservação aludido na lei.	Promotor de Justiça			Ação permanente	



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

12	Fiscalizar a correta utilização de bens pelos órgãos admitidos na lei	Mediante exame caso a caso, exigindo previa manifestação da SENAD e prova de regularidade do funcionamento das entidades pretendentes.	Promotor de Justiça			Ação permanente	
13	Requerer , em caráter cautelar, a conversão de dinheiro estrangeiro e a compensação de cheques apreendido e o depósito em conta judicial (Art. 62.	Mediante exame caso a caso	Promotor de Justiça				
14	Criar Cadastro de bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União	Mediante levantamento nos autos dos processos, identificando-os e localizando-os, para controle da destinação do produto declarado perdido.	Promotor de Justiça			Ação permanente	
15	Criar sistemática de controle sobre os requerimentos de infiltração e ação controlada	Mediante recomendação às autoridades policiais para que formalizem requerimento prévio ao juízo quanto às ações, devidamente justificadas ante o risco que comportam essas ações.	Promotor de Justiça				
16	Fiscalizar a correta aplicação da lei quanto à causa de diminuição de pena de que trata o art. 33 § 4º da lei nº 11.343/2006 e o	Mediante exame caso a caso e, inclusive, com atenção ao Assento nº da Turma de Uniformização de Entendimento	Promotor de Justiça			Ação permanente	
17	Proceder a levantamento e localização de veículos, armas e outros bens apreendidos em IP e processos nos últimos dois anos.	Mediante o exame dos autos, a fim de subsidiar a formação de banco de dados estatísticos e indicadores.	Os Promotores de Justiça c/c da PCE			Março de 2011	



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

18	Proceder a levantamento, dos dois últimos anos, do tipo e quantidade de drogas apreendidas no estado e o controle da incineração	Mediante o exame dos autos, a fim de subsidiar a formação de banco de dados estatísticos e indicadores.	Os Promotores de Justiça c/c da PCE			Março de 2011	
19	Criar cadastro de acusados de crimes de tráfico e de posse de drogas para uso próprio (controle de condenações/absoluções/mandados de prisão)	Mediante o exame dos autos, a fim de subsidiar a formação de banco de dados estatísticos e indicadores.	GAECO			Fevereiro de 2011	
20	Articular Plano de Prevenção e Repressão na fronteira Brasil/Bolívia até a Capital do Estado	Medida: audiência das autoridades competentes na fiscalização e Repressão na fronteira, definição de indicadores de resultados, estratégias e metas.	PCE			Dezembro de 2011	
21	Exigir a correta aplicação e destinação das multas aplicadas em cumprimento à lei antidrogas	Mediante exame caso a caso, inclusive velando para a não isenção da penalidade.					
22	Criar coordenação em atividades de inteligência e investigação do tráfico de drogas.	Medida: Designação de um Promotor de Justiça do GAECO com atribuições exclusivas.	PGJ			Maio de 2011	
23	Instituir sistemática de apoio permanente do GAECO aos Promotores de Justiça para localização de testemunhas não intimadas.	Mediante ato normativo	PGJ			Maio de 2011	

Nada mais havendo, às 11h50, encerraram-se os trabalhos, determinando o senhor Presidente, a lavratura da presente Ata, acompanhada da gravação em DVD.

PROCURADORES DE JUSTIÇA	ASSINATURA
Marcelo Ferra de Carvalho	



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

PROCURADORES DE JUSTIÇA	ASSINATURA
Waldemar Rodrigues dos Santos Junior	
Leonir Colombo	
Luiz Alberto Esteves Scaloppe	
Mauro Delfino César	
Wilson Vicente Leon	
Luiz Eduardo Martins Jacob	
Benedito Xavier de Souza Corbelino	
Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres	
Hélio Fredolino Faust	
Mauro Viveiros	
Dalva Maria de Jesus Almeida	
Paulo Ferreira Rocha	
Siger Tutiya	
Mara Lúcia Pires de Almeida Barreto	
Eunice Helena Rodrigues de Barros	
Kátia Maria Aguilera Rísoli	
José Zuqueti	
Edmilson da Costa Pereira	



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

PROCURADORES DE JUSTIÇA	ASSINATURA
Élio Américo	
Maria Ângela Veras Gadelha Souza	
Gill Rosa Fechtner	
Silvana Correa Vianna	
José de Medeiros	
Valéria Perassoli Bertholdi	